



CARTA DO XXI ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DO NORDESTE (XXI ENE)

As entidades representativas dos economistas do Nordeste Brasileiro, **Conselhos Regionais de Economia** e os **Sindicatos** da categoria, juntamente com o **Conselho Federal de Economia – COFECON** e a **Federação Nacional dos Economistas – FENECON**, reunidos no XXI Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, em Aracaju, Sergipe, ao debaterem o tema “Nordeste Realidade e Desafios, uma Nova Estratégia de Desenvolvimento”, constatam que, sob as mudanças decorrentes da globalização e da emergência da tecnologia como principal suporte do desenvolvimento, o Nordeste precisa iniciar o mais rápido possível um processo de revisão de seu paradigma de desenvolvimento.

O novo enfoque do planejamento regional determina uma orientação baseada na *capacitação da região como território competitivo* através do desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade sistêmica, do protagonismo local e da inovação calcada no aproveitamento da tradição e cultura das comunidades locais.

Nestas condições, ganha relevância a busca de uma governança integradora intra-regional, que viabilize a solidariedade entre as várias economias dos estados e sub-regiões do Nordeste e que seja capaz de reivindicar um tratamento diferenciado na política econômica do Governo da União, protegendo da especulação financeira as comunidades locais e priorizando o associativismo e a governança do território.

Dos agentes externos que interagem nos arranjos locais de desenvolvimento e das políticas públicas dos governos Federal e estaduais, que interferem na região, reivindica-se que considerem as peculiaridades de uma sociedade em processo de intensificação da pobreza mas com grandes potencialidades de desenvolvimento endógeno com base em vocações produtivas capazes de alavancarem o desenvolvimento regional.

É exemplo disso a política industrial anunciada pelo governo. Mesmo que acertadamente privilegiando a empresa exportadora, tal política ignora ou esquece posições defendidas historicamente pelos economistas brasileiros, e entre eles os economistas do próprio PT, de ênfase na indústria voltada para a produção de bens de consumo de massa que, além de apoiar a política social do Governo, geraria parcela importante dos empregos requeridos pela sociedade brasileira.

A par de servir para disseminar o desenvolvimento industrial entre as regiões, notadamente o Nordeste, que tem vocação clara para a produção não só de bens de exportação como também, e fundamentalmente, de matérias-primas e bens de uso final no mercado interno, uma política baseada no crescimento da renda do trabalhador e de generalização do consumo de bens industrializados teria efeito multiplicador também na região nordestina. Da mesma forma, a política social de proteção à pobreza deve ter um corte regional, beneficiando os nordestinos.

A recente tendência de considerar o turismo como única vocação do Nordeste, e a forma anti-social de permitir o turismo sexual como algo intrínseco deste setor na Região, é outra realidade que torna a economia nordestina vítima e não beneficiária do movimento internacional deste setor. Urge considerar as potencialidades do turismo ecológico e cultural e também convidar os estados do Nordeste a se entenderem para articular roteiros regionais integrados, estabelecendo cooperação em vez de se comportarem como concorrentes do fluxo turístico nacional e internacional.

O novo paradigma de desenvolvimento que propomos para o Nordeste não deve ser dissociada da proposta de uma mudança de fundo da política macroeconômica.

Aracaju, 04 de junho de 2004
